

INFORME MRE

Governo brasileiro vai definir políticas para garimpeiros brasileiros nas Guianas, Venezuela e Colômbia

- *Itamaraty reúne consulados na Europa e nos Estados Unidos para discutir problemas e soluções*
- *Itamaraty manifesta preocupação sobre a Lei anti-imigratória do Arizona*
- *Intercâmbio de experiências com o México*
- *20 anos do movimento decasségui no Japão*

Governo brasileiro vai definir políticas para os garimpeiros brasileiros nas Guianas, Venezuela e Colômbia

Em reunião que reuniu diversos ministérios, órgãos do Governo Federal e dos governos estaduais, realizada em abril último no Itamaraty, foi criado Grupo de Trabalho, coordenado pelo MRE, para definir uma política abrangente em auxílio aos garimpeiros brasileiros na Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela e Colômbia. O objetivo é tratar do tema em todos os seus aspectos, incluindo questões migratórias, trabalhistas, de saúde física e psicossocial, de educação ambiental e imagem. Cabe mencionar que, além da preocupação do Governo brasileiro com as condições de vida desses trabalhadores, os problemas ligados às atividades de garimpo irregular afetam, também, as relações entre o Brasil e esses países.

Houve consenso de que, apesar da complexidade da situação desses garimpeiros, a existência de múltiplas ações governamentais em seu favor e o fato de se tratar de um grupo de tamanho relativamente reduzido – cerca de 60 mil pessoas – aumentam as chances de avanços reais.

O Grupo de Trabalho decidiu compilar um inventário dessas ações do Governo brasileiro, separadas em cinco áreas: trabalho e emprego; políticas sociais, saúde e violência de gênero; meio-ambiente; cultura e imagem da comunidade brasileira; e assistência consular. Subgrupos setoriais trabalharão a seguir em cada um dos temas, propondo o redimensionamento e expansão geográfica das iniciativas já em curso e adoção de medidas complementares, sempre fazendo uso de

parcerias com associações da sociedade civil. Os trabalhos dos subgrupos serão combinados em seguida, procurando-se garantir que as medidas propostas configurem uma política abrangente de assistência aos brasileiros no exterior e de criação de oportunidades em território nacional que reduzam a atração da migração para atividades irregulares de garimpo no exterior.

Itamaraty reúne consulados na Europa e nos Estados Unidos para discutir problemas e soluções

Para consolidar informações sobre o sistema de modernização consular, padronizar normas de atendimento e promover intercâmbio sobre boas práticas no atendimento consular, a Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) promoveu reuniões de Coordenação Consular nos EUA e na Europa.

Realizadas nos dias 30 e 31 de março em Berlim e nos dias 25 e 26 de fevereiro em Nova York, as Reuniões de Coordenação Consular dos postos na Europa e nos EUA aprofundaram discussões sobre o sistema de modernização consular, a Conferência “Brasileiros no Mundo” e o Plano Diretor de Reforma Consular. Foram definidas linhas de ação para tratar das problemáticas de tráfico de pessoas, violência de gênero e retorno voluntário de nacionais brasileiros.

Em ambos os encontros houve proveitosa reflexão e troca de idéias em torno das possibilidades de utilização da diáspora científica brasileira em benefício do desenvolvimento nacional, tendo-se recolhido subsídios para nortear os próximos passos com aquela finalidade.

Intercâmbio de experiências com o México

Dando continuidade à troca de experiências entre os governos brasileiro e mexicano acerca da assistência prestada a suas respectivas comunidades no exterior, o Consulado-Geral do Brasil na Cidade do México e a SGEB enviaram representantes para a XV Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Instituto dos Mexicanos no Exterior (CCIME) e para o XX Aniversário do Programa para as Comunidades Mexi-

canas no Exterior (PCIME).

O CCIME, mecanismo de diálogo entre o Governo mexicano e seus nacionais que vivem no exterior, foi instituído em 2003.

O perfil da diáspora mexicana é bastante diferente da brasileira, em termos de tamanho - cerca de 29 milhões de mexicanos vivem nos Estados Unidos, dos quais 11,7 milhões migrantes de primeira geração (de outro lado, o número de brasileiros que lá vivem é estimado em 1,3 milhão) -, concentração - 98% dos mexicanos no exterior vivem na América do Norte (proporção que se situa pouco acima dos 40% no caso brasileiro) - e antiguidade - a “migração” mexicana remonta ao século XIX, quando da mudança da linha de fronteira entre os dois países (enquanto a emigração de brasileiros passou a ser um fenômeno quantitativamente relevante apenas nos anos 1980) -, mas o Brasil tem muito a aprender com o México, em um momento em que está prestes a lançar seu próprio Conselho de Representantes.

Segundo levantamento mexicano, seriam menos de 10 os países do mundo que contam com instituições semelhantes ao Conselho Consultivo mexicano e aquele que será adotado pelo Brasil.

Itamaraty manifesta preocupação sobre a Lei anti-imigratória do Arizona

O Itamaraty manifestou, em nota à imprensa, preocupação com a aprovação, pelo estado norte-americano do Arizona, de legislação destinada a combater a imigração irregular. O poder discricionário concedido a agentes estaduais para a averiguação do status migratório e prisão de cidadãos estrangeiros poderá levar a discriminações e outras violações de direitos humanos.

O Brasil entende que somente uma reforma migratória, na linha de discussões já em andamento nos EUA, poderá conduzir à uma inserção mais efetiva das comunidades migrantes na sociedade daquele país, como vem ocorrendo no Brasil após a promulgação da Lei de Anistia de 2009, que procedeu a ampla regularização de

estrangeiros residentes.

20 anos do movimento decasségui no Japão

O MRE realizará, na 2ª quinzena de julho, seminário para comemorar os 20 anos do movimento decasségui. Autoridades brasileiras e nipônicas, pesquisadores, lideranças e integrantes da comunidade refletirão sobre o tema e discutirão o futuro do movimento. Na mesma ocasião, o Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o MRE, lançará a “Semana do Trabalhador Brasileiro no Japão”, que incluirá festividades populares e balcões itinerantes para prestação de informações trabalhistas aos decasséguis. Em breve, serão divulgadas maiores informações. A comemoração dos 20 anos do movimento decasségui e a “Semana do Trabalhador” foram anunciados pelo Governo brasileiro durante a IV Reunião de Coordenação Consular Brasil-Japão, em Tóquio, no final de março. Também foram divulgados durante evento realizado em 5 de maio na Embaixada do Japão em Brasília, por ocasião da visita ao Brasil do ex Primeiro Ministro japonês Taro Aso.

Na reunião consular também foram debatidas as medidas de apoio do Governo japonês aos brasileiros no Japão, população hoje estimada em 275 mil pessoas. O MRE aprovou as medidas, mas pediu sua expansão e reforço. Ao fim da reunião, ficou registrado o espírito de colaboração entre ambos os Governos para seguir prestando apoio aos decasséguis. Foi reforçada a interlocução bilateral sobre assuntos trabalhistas.

A promulgação da Lei de Controle de Imigração japonesa, em 1990, abriu caminho para a migração de brasileiros de segunda e terceira geração de descendentes de japoneses. Dificuldades econômicas no Brasil à época também contribuíram para o surgimento do fenômeno “decasségui”.

Ministério das Relações Exteriores
Subsecretaria - Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior
Esplanada dos Ministérios - Bloco H - Brasília / DF - Brasil CEP: 70170 - 900
<http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/>
<http://www.portalconsular.mre.gov.br>